

**A CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL E A RELAÇÃO HOMEM X NATUREZA:
PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

***LA CONSTITUCIÓN DEL SER SOCIAL Y LA RELACIÓN HOMBRE X NATURALEZA:
PRIMERAS APROXIMACIONES***

***THE CONSTITUTION OF THE SOCIAL BEING AND THE MAN VS. NATURE
RELATIONSHIP: FIRST APPROACHES***

João Batista de Souza JUNIOR¹
Ricardo Lopes FONSECA²
Luís Fernando MINASI³

RESUMO: O homem é dependente dos recursos naturais, assim, para garantir sua existência, necessita agir sobre a natureza. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo sintetizar o percurso ontológico de constituição do ser social a partir dos capítulos “O trabalho” e “A Reprodução” da obra “Para uma ontologia do ser social II”, de György Lukács, e estrutura-se em três seções: “as esferas basilares: o ser inorgânico e o ser orgânico”, “o trabalho como gênese do ser social” e “a efeito de conclusão: a relação homem x natureza no processo de formação do ser social”. A partir deste trabalho, pode-se compreender que a constituição do ser social se dá a partir do trabalho, estabelecendo uma relação de dependência ontológica com as esferas de base inorgânica e orgânica, que perpassam e influenciam a relação homem x natureza e, conseqüentemente, as interações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Ontologia do ser social. Relação homem e natureza. Trabalho.

RESUMEN: *El hombre depende de los recursos naturales, por lo que para asegurar su existencia, necesita actuar sobre la naturaleza. En ese contexto, el presente trabajo pretende sintetizar el camino ontológico de constitución del ser social a partir de los capítulos "Obra" y "Reproducción" de la obra "Hacia una ontología del ser social II" de György Lukács y se estructura en tres apartados: "las esferas básicas: el ser inorgánico y el ser orgánico", "el trabajo como génesis del ser social" y "como conclusión: la relación entre el hombre y la naturaleza en el proceso de formación del ser social". A partir de esto, es posible comprender que la constitución del ser social se produce desde el trabajo, estableciendo una relación de dependencia ontológica con las esferas básicas inorgánicas y orgánicas que permea e influye en la relación entre hombre x naturaleza y, en consecuencia, las interacciones sociales.*

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina – PR – Brasil. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5622-6488>. E-mail: joaob.junior1994@uel.br

² Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina – PR – Brasil. Professor Adjunto de Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina. Doutorado em Geociências (UEL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2077-2476>. E-mail: ricardolopesf@uel.br

³ Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande – RS – Brasil. Professor do Instituto de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. Doutorado em Educação (UFRGS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1263-875X>. E-mail: lfminasi@terra.com.br

PALABRAS CLAVE: *Ontología del ser social. Relación entre el hombre y la naturaleza. Trabajo.*

ABSTRACT: *Human beings have a relationship of dependence with natural resources, so, to ensure their existence, there is a need to act on nature. Thus, this text aims to synthesize the ontological path of constitution of the social being from the chapters "Work" and "Reproduction" of the work "Towards an ontology of social being II", by György Lukács, and is structured in three sections: "the basic spheres: the inorganic being and the organic being", "work as the genesis of the social being" and "as a conclusion: the relationship between man and nature in the process of formation of the social being". From this, it is possible to understand that the constitution of the social being takes place from work, establishing a relationship of ontological dependence with the basic spheres inorganic and organic, that permeates and influences the relationship between man x nature and, consequently, the social interactions.*

KEYWORDS: *Ontology of the social being. Relationship between man and nature. Work.*

Introdução

A partir da ontologia proposta por Marx e resgatada por Lukács, compreende-se o trabalho como sendo o elemento fundante da ontologia do ser social, e configura-se como a atividade permanente e necessária da existência humana, isto é, de toda a história, ou seja, o homem, enquanto esse ser social, que faz história, precisa de condições para viver. Mas para viver é preciso, antes de tudo, atender suas necessidades básicas de beber, comer, morar, vestir-se, dado que o ser biológico do homem constitui um momento fundamental desse processo ontológico do ser social, que diferentemente dos outros animais, age sobre a natureza de forma planejada e previamente idealizada, transformando-a e transformando-se concomitantemente.

Assim, Marx, ratificado por Lukács, acaba por atribuir ao trabalho a responsabilidade pelo salto ontológico que dá base ao ser social, fornecendo orientação teórica para a compreensão da relação homem e natureza e o processo de constituição do ser social. Nessa direção, Lukács (2012, p. 199) afirma que o trabalho possibilita uma dupla transformação, na qual o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho ao atuar sobre a natureza exterior e modifica, concomitantemente, sua própria natureza, desenvolvendo “as potências que nela se encontram latentes e sujeita as forças da natureza ‘a seu próprio domínio’”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios de trabalho, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc.”

Com essa afirmação, Lukács (2012, p. 199) ressalta que o trabalho tem uma “dupla determinação [que se funda a partir] de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta

transformação social dessa base”. Assim, o pensador húngaro reconhece o trabalho como elemento fundante na constituição do ser social e no desenvolvimento histórico de socialização e/ou reprodução social, ou seja, por meio dele o homem se produz e reproduz sobre as bases naturais de um determinado período histórico em um duplo movimento de transformação mútua.

Nesse sentido, “o ser social — em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares — pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica” (LUKÁCS, 2013, p. 17), isto é, a “atividade do ente natural homem sobre a base do ser inorgânico e o orgânico dele originado faz surgir um estágio específico do ser, mais complicado e mais complexo, precisamente o ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 47).

Assim, segundo Vaisman e Fortes (2010, p. 20), para compreender o ser social em seu sentido preciso faz-se necessário um olhar sobre toda a dinâmica existente entre os complexos que compõem a sua totalidade. Assim, é preciso olhar para a relação estabelecida entre a esfera do ser social e as outras formas de ser — a esfera inorgânica e a esfera orgânica. O próprio Lukács (2010) ressalta que, para a compreensão da essência do ser social, não se deve ignorar a conexão e a diferenciação dos três grandes tipos de ser — as naturezas inorgânica e orgânica e a sociedade. Sem a compreensão dessa dinâmica, não se pode formular corretamente as especificidades ontológicas do ser social.

Seguindo essa orientação de Lukács, o presente trabalho estrutura-se em três seções: “as esferas basilares: o ser inorgânico e o ser orgânico”, “o trabalho como gênese do ser social” e “a efeito de conclusão: a relação homem x natureza no processo de formação do ser social”, e tem como objetivo sintetizar o percurso ontológico de constituição do ser social a partir dos capítulos “*O trabalho*” e “*A Reprodução*”, da obra “*Para uma ontologia do ser social II*” de György Lukács.

As esferas basilares: o ser inorgânico e o ser orgânico

Para Lukács (2010; 2012; 2013), o ser em geral é formado por três esferas ontológicas: as esferas inorgânica, orgânica e social, cuja formação passa por dois momentos evolutivos importantes que compõem a contínua processualidade evolutiva: a ruptura com a esfera inorgânica, primeiramente, que possibilitou a esfera orgânica, e sua conseguinte ruptura, em segundo momento, que possibilitou a esfera social (PASCHOALOTTE, 2014).

A esfera inorgânica origina-se a partir de “reações químico-físicas [*sic*], puramente espontâneas” (LUKÁCS, 2013, p. 219), reorganizando-se e constituindo a matéria inorgânica.

Assim, a “relação dos objetos entre si nessa esfera do ser é essencialmente um mero ser-outro” (LUKÁCS, 2012, p. 80). “A natureza inorgânica não pressupõe qualquer ser biológico ou social. Ela pode existir de modo totalmente autônomo” (LUKÁCS, 2016, p. 140), pois sua existência não depende de nenhuma forma de vida, configurando-se, nesse contexto, como única esfera absolutamente independente das demais.

O desenvolvimento da esfera inorgânica tem como limite a reprodução, pois o contínuo movimento que garante desenvolvimento de suas forças, relações, categorias, leis, etc. revela-se tão somente na reorganização da matéria inorgânica em novas formas, ou seja, torna-se outro a partir da superação das contradições da própria dialética da natureza existente em seus elementos (ANDRADE, 2016).

A ciência atual permite identificar vestígios da gênese do orgânico a partir do inorgânico em processo infindável da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa nos diferentes períodos evolutivos do planeta Terra, cujas determinadas circunstâncias (ar, pressão atmosféricas, entre outros elementos da natureza) da organização da matéria inorgânica tornam possível o surgimento de organismos complexos extremamente primitivos. Esses organismos, em sua origem, já continham fundamentalmente características orgânicas, passando a reproduzir a si mesmas e possibilitando a gênese e o desenvolvimento da vida, o que dá origem a um salto ontológico por meio do surgimento de uma forma de organização superior da matéria, a vida (LUKÁCS, 2013). Essa transformação da quantidade de matéria inorgânica em contínuo movimento e desenvolvimento acarreta a passagem da qualidade inorgânica da matéria para a qualidade orgânica, desenvolvendo na nova matéria a vida.

Essa nova esfera ontológica, o ser orgânico, contém constantemente uma inter-relação com o ser que lhe serve de base, o inorgânico, mas ao mesmo tempo estabelece novas categorias, relações, leis etc. próprias. As relações recíprocas estabelecidas entre os dois seres conservam os nexos do ser fundador, mas inserindo-o nos novos nexos originados com o novo ser.

O surgimento de um organismo vivo, que dá origem a um novo complexo movido por forças internas e uma nova maneira de ser, possibilita uma mudança radical em relação à natureza inorgânica. Na esfera orgânica, o desenvolvimento ocorre de tal maneira que os impulsos do mundo exterior no organismo adquirem manifestações especificamente biológicas, e essas determinações “vão se tornando cada vez mais puramente, mais especificamente biológicas” (LUKÁCS, 2013, p. 142), o que só é possível num grau superior de desenvolvimento, isto é, uma forma mais complexa e qualitativamente nova, configurando assim um salto ontológico.

Para Lukács (2013), o salto manifesta-se por meio de uma nova e efetiva constituição do ser, sendo resultante de um longo, desigual e contraditório processo que culmina num nível intensivo e extensivo de desenvolvimento, permitindo ao novo grau do ser constituir-se como um fato definido e fundado em si mesmo.

[...] todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial certamente contém em si determinadas condições e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver a partir daquela numa simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser (LUKÁCS, 2013, p. 36).

A nova esfera do ser, resultante do salto ontológico, vai caracterizando-se por meio de novas forças, relações, leis, categorias etc., completamente distintas da(s) esfera(s) existente(s) até o momento do salto. No entanto, por mais que se afaste da(s) esfera(s) que lhe dá base, o novo ser e as “novas categorias jamais conseguirão suprimir totalmente aquelas que predominam na base do seu ser” (LUKÁCS, 2013, p. 240), assim não é possível a eliminação da dependência existente entre o ser originário e aquele que lhe deu base.

Os primeiros organismos vivos surgem a partir de um salto ontológico. Ainda que simples e altamente dependente do ser inorgânico, esse salto dá origem a novas e diferentes determinações resultantes de um longo processo histórico, no qual “a constante reprodução da nova forma do ser produz as categorias, as leis etc. especificamente características dela, de modo cada vez mais desenvolvido, autossuficiente [...], dependente só de si mesma em suas conexões” (LUKÁCS, 2013, p. 141). Assim, mesmo os organismos mais simples já trazem determinações distintas ao que o originou.

De acordo com Lukács (2013, p. 33-34),

[...] o desenvolvimento dos organismos nos mostra como gradualmente, de modo bastante contraditório, com muitos becos sem saída, as categorias específicas da reprodução orgânica alcançam a supremacia nos organismos. É característico, por exemplo, das plantas que toda a sua reprodução – de modo geral, as exceções não são relevantes aqui – se realize na base do metabolismo com a natureza inorgânica. É só no reino animal que esse metabolismo passa a realizar-se unicamente, ou ao menos principalmente, na esfera do orgânico e, sempre de modo geral, o próprio material inorgânico que intervém somente é elaborado passando por essa esfera. Desse modo, o caminho da evolução maximiza o domínio das categorias específicas da esfera da vida sobre aquelas que baseiam a sua existência e eficácia na esfera inferior do ser.

Nos momentos próximos ao salto, anterior ou posterior, a determinação do inorgânico sobre o orgânico e a relação de dependência entre as duas esferas ainda é bastante presente, mas com o passar do tempo “a complexificação dos seres vivos submete o seu metabolismo às determinações da reprodução orgânica, restringindo e reconfigurando em bases reprodutivas as categorias dependentes da sua base inorgânica” (MACENO, 2017, p. 27).

Assim, com o surgimento da vida, o momento predominante, isto é, interação que constitui sentido e direção de modo dinâmico a toda evolução e desenvolvimento do novo ser, é a reprodução biológica da vida, mas, como salienta Lukács (2013, p. 148), “a reprodução que ocorre na natureza orgânica é a reprodução do ser vivo singular”, ou melhor, a reprodução filogenética.

Nessa direção Lessa (2015), aponta que o que diferencia a esfera orgânica da esfera inorgânica, a partir da análise da gênese da vida, é o fato de a primeira apenas existir por meio de um ininterrupto processo de reposição do mesmo, enquanto a processualidade inorgânica é marcada por um infundável tornar-se-outro. Dessa forma, há entre essas esferas uma ruptura ontológica, ou seja, são formas distintas de ser.

Entretanto, mesmo se constituindo uma nova esfera, “o ser biológico pressupõe uma constituição especial do inorgânico e, sem a interação ininterrupta como ele, não é capaz de reproduzir o seu próprio ser nem por um instante” (LUKÁCS, 2013, p. 140) demonstrando assim a dependência ontológica entre a nova esfera e a que lhe dá base, pois na esfera dependente surgem categorias qualitativamente novas, nas quais são preservadas forças, relações, leis etc., presentes na base, sem que tenham condições de transformar a essência do novo ser, assim as novas “categorias jamais conseguirão suprimir totalmente aquelas que predominam na base do ser” (LUKÁCS, 2013, p.140).

A partir de um desenvolvimento biológico progressivo o salto que deu origem ao ser orgânico criou condições que possibilitaram a gênese de um novo ser, o ser social.

A constituição de um novo ser: o ser social

Para Lukács (2010, p. 75), a base ontológica do salto do ser orgânico para o social foi a “transformação da adaptação passiva do organismo ao ambiente em uma adaptação ativa, com o que a sociabilidade surge como nova maneira de generidade (*sic*) e aos poucos supera, processualmente, seu caráter imediato puramente biológico”. Dessa forma, ao reagir a seu entorno e transformá-lo para atender suas necessidades, o homem, como trabalhador, separa-se de todo ser vivo existente até o momento. Assim, ao agir sobre a base do ser inorgânico e o

orgânico de forma intencional e previamente idealizada, o homem faz surgir um novo e mais complexo estágio específico do ser, o ser social.

O homem certamente permanece irrevogavelmente um ser vivo biologicamente determinado, compartilhando o ciclo necessário de tal ser (nascimento, crescimento, morte), mas modifica radicalmente o caráter de sua inter-relação com o meio ambiente, pelo fato de surgir, através do pôr teleológico no trabalho, uma interferência ativa no meio ambiente, pelo fato de, por meio desse pôr, o meio ambiente ser submetido a transformações de modo consciente e intencional (LUKÁCS, 2013).

Neste contexto, o que ocorre não é mais uma adaptação biológica passiva, o que ocorre com o salto é uma reorientação em direção a relações sociais ativas, possibilitando o desenvolvimento de um patamar superior.

O responsável por esse salto ontológico é o trabalho, que é

[...] capaz de despertar novas capacidades e necessidades no homem, as consequências do trabalho ultrapassam aquilo que nele foi posto de modo imediato e consciente, elas trazem ao mundo novas necessidades e novas capacidades para satisfação destas e não estão pré-traçadas – dentro das possibilidades objetivas de cada formação bem determinada – quaisquer limites apriorísticos para esse crescimento na “natureza humana” (LUKÁCS, 2013, p. 219).

Para Lukács (2010; 2012; 2013), assim como para Marx, é o trabalho a atividade fundante do ser social. Por meio dele os seres humanos estabelecem relações com a natureza natural, a fim de atender suas necessidades e garantir sua sobrevivência; ao fazer isso o próprio homem modifica-se e modifica sua relação com seu entorno, afastando-se de suas barreiras naturais. Entretanto,

[...] na medida em que o ser humano, [...] em sua sociabilidade supera sua mera existência biológica, jamais pode deixar de ter uma base de ser biológica, e se reproduz biologicamente, também jamais pode romper sua ligação com a esfera inorgânica. Nesse duplo sentido, o ser humano jamais cessa de ser também ente natural. Mas de tal modo que o natural nele e em seu ambiente (socialmente) remodelado, é cada vez mais fortemente dominado por determinações do ser social, enquanto o biológico pode ser apenas qualitativamente modificado, mas nunca suprimido de modo completo (LUKÁCS, 2010, p. 82).

Nesta direção, Lessa (2010, p. 55) esclarece que o ser social não pode existir sem ter por base a natureza, no entanto a reprodução social tem por momento predominante uma categoria puramente social, e não natural, o trabalho. Desse modo, o trabalho tem por essência ontológica um caráter de transição, estabelecendo essencialmente uma “inter-relação entre

homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica” (LUKÁCS, 2013, p. 35), resultando na transição do ser meramente biológico ao ser social, ou seja, o homem que trabalha.

O trabalho surge como resposta da espécie humana às determinações ambientais, a fim de satisfazer suas necessidades biológicas como comer, beber, vestir, morar e reproduzir-se. No entanto, o trabalho produz consequências posteriores, ao produzir objetos, meios, conhecimentos etc., o ser humano produz também, indiretamente, complexos, processos, relações, ligações etc. sociais que vão muito além da necessidade imediata da reprodução humano-biológica (ANDRESE, 2016).

Lessa esclarece (2010, p. 135), que o trabalho “sempre remete para além de si próprio. Ao transformar a natureza para atender às suas necessidades mais imediatas, o indivíduo também transforma a si próprio e à sociedade”. Pois, como defende Lukács (2013), o homem que trabalha é transformado por seu trabalho, ao agir sobre a natureza exterior e modificá-la, ao mesmo tempo que produz sua própria natureza, desenvolve potências nela ocultas e subordina as forças da natureza, transformando-as em meios para o trabalho. Assim, “o ser social, em seu conjunto e processos singulares, pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza” (LUKÁCS, 2012, p. 199).

Contudo, Lessa (2010) ressalta que o que determina o desenvolvimento do homem não é sua porção natural-biológica, mas a qualidade das relações sociais por ele estabelecidas. Embora as barreiras naturais (a necessidade da reprodução biológica) não possam ser abolidas, elas se tornam cada vez mais “afastadas”, de modo que exercem sobre os homens ao longo da história uma influência cada vez menor, ainda que sempre presente.

Assim, pode-se considerar que o desenvolvimento social se funda no processo de objetivação, pois o trabalho produz, objetiva e subjetivamente, o “novo”, consubstanciando no decorrer da história humana um longo e contraditório processo de acumulação e desenvolvimento das “capacidades humanas”, de forma cada vez mais eficiente, a fim de atender suas necessidades e transformar o meio nos produtos materiais necessários à produção e reprodução social.

Nessa nova forma do ser, segundo Lukács (2013), o trabalho traz como consequência a consciência humana, que deixa de ser, em sentido ontológico, um epifenômeno, passando por meio deste a partir de seu fim e meios a ser dirigida por ela mesma, é, pois, nesse sentido que a consciência ultrapassa a mera adaptação ao ambiente e executa na própria natureza

modificações que seriam impossíveis e até mesmo inconcebíveis para os demais seres que compõem a esfera orgânica.

O trabalho é capaz de despertar e desenvolver novas capacidades e necessidades no homem, as consequências do trabalho ultrapassam aquilo que nele foi posto de modo imediato e consciente, elas trazem ao mundo novas necessidades e novas capacidades para satisfação destas e não estão pré-traçadas – dentro das possibilidades objetivas de cada formação bem determinada – quaisquer limites apriorísticos para esse crescimento na “natureza humana” (LUKÁCS, 2013, p. 219).

O desenvolvimento social mediado pelo trabalho consubstancia as “capacidades humanas” para produzir os bens materiais necessários à sua reprodução. Esse desenvolvimento acarreta dois polos distintos articulados: o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das individualidades. O primeiro promove a passagem da sociabilidade aos modos de produção mais complexos e o segundo, concomitantemente, opera relações sociais cada vez mais complexas envolvidas na passagem da sociedade a modos de produção cada vez mais desenvolvidos (LESSA, 2015, p. 135).

Neste contexto, ontologicamente foi o trabalho que possibilitou o desenvolvimento da transformação decisiva do ser natural em ser social, que produz incessantemente o novo por meio do trabalho. Assim, o trabalho é o fundamento ontológico que objetiva as mudanças na estrutura e dinâmica social e a genericidade do homem. Pois, como defende Lukács (2013), a superioridade do homem sobre a natureza se estende no sentido que dá para os objetos e relações que ele pode nomear, de tal modo que:

[...] é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas (LUKÁCS, 2013, p. 37).

Para Lukács (2010, 2012; 2013), o trabalho surge como um complexo de complexos, cujas categorias, leis, relações e ligações estabelecem algo qualitativamente novo e superior perante o ser inorgânico e orgânico da natureza. Assim, esse “pôr teleológico”, o trabalho e as práxis sociais derivados da divisão social do trabalho, do agir comunicativo da linguagem, do direito, da política, da educação, da arte etc. – onde alcançam formas cada vez mais puras e complexas –, permite ao homem, por meio desta rica malha de determinações, geradas pelo trabalho, alterar a totalidade que se expressa imediatamente na vida cotidiana.

Nessa direção, Lessa (2002) em sua obra “Mundo dos homens”, diz que a partir do complexo de mediações que, sob o primado da centralidade do trabalho, produz o “*mundo dos homens*”, seu movimento histórico, sua vida cotidiana e o processo de construção de seu pensamento, ocorre a desnaturalização da própria natureza, criando assim um mundo cada vez mais produzido pelos próprios homens.

A efeito de conclusão: a relação homem x natureza no processo de constituição do ser social

O ser social tem sua gênese no trabalho, com esse há o desenvolvimento de novas categorias e práxis sociais que fundamentam a nova forma do ser e a diferenciam essencialmente do ser inorgânico e orgânico, no entanto, por conta da dependência ontológica, por mais que haja um afastamento das barreiras naturais o ser social não se tornará independente.

O trabalho, atividade intencional e previamente planejada, é o mediador entre ser social e as esferas orgânica e inorgânica da natureza, estabelece inter-relações entre os seres humanos (sociedade) e a natureza inorgânica e orgânica. Assim, para Lukács (2013, p. 35):

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.

Deste modo, o trabalho é considerado, enquanto prática humana, o fenômeno originário do ser social, como defende Lukács (2013, p. 35): “a sociedade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem etc. surgem do trabalho”. Assim, as três esferas do ser estão indissolúvelmente articuladas a partir de uma processualidade evolutiva; da esfera inorgânica surge a vida e a partir desta o ser social. Isso significa que, para existência do ser social e sua reprodução é necessária uma contínua e inalienável articulação com a natureza, ou como afirma Lukács (2012, p. 03), “o ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico”.

Mesmo com essa dependência ontológica, Lukács (2013) ressalta que, em seu metabolismo com a natureza, o ente natural homem exerce o trabalho que faz surgir um novo estágio específico do ser, mais completo e mais complexo, com novas leis, categorias, relações, ligações etc., e como consequência traz na consciência humana as condições que podem superar

da simples à mais complexa adaptação ao ambiente, e executa sua própria natureza e especificidades.

Contudo, ao transformar a natureza, o ser humano não tem mais sua sobrevivência garantida por ela, precisando em processo contínuo produzir sua existência. É nas mediações criadas e desenvolvidas pelo trabalho – enquanto prática de produção social – que o ser humano interage com a natureza, produz seus meios de existência e de conhecer a realidade existente.

O todo desse conhecimento historicamente produzido é chamado de cultura humana, da qual as novas gerações vão depender para a apropriação de novos modos de produção material e espiritual construída pelo coletivo de homens – sociedade – garantindo assim o desenvolvimento e a emancipação política e social do ser humano.

A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que os homens são, no pensamento marxiano de Lukács, coincide com sua produção – com o que fazem com seu trabalho, isto é, tanto o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O desenvolvimento pleno da vocação ontológica do ser social, depende, portanto, das condições materiais da sua produção.

Nesse processo de produção social, para que ocorra a execução da atividade trabalho, a humanidade necessita ininterruptamente de novos “domínios” sobre a natureza. São novos conhecimentos da ciência e da tecnologia, originária do trabalho que promovem, que está a exigir outras qualidades de relações frente às já produzidas, assimiladas e socializadas.

Conhecedores de que o trabalho, antes de mais nada, cria todas essas relações, podemos nos reportar à leitura de Lukács dos “*Manuscritos Econômicos-filosóficos*”, onde Marx (2004) diz: “Portanto, apenas quando trabalha sobre o mundo objetivo é que o homem se realiza como ser social”, o que Lukács compreende é que essa produção é sua vida “genérica”, pois através dela a natureza se evidencia como resultado de seu trabalho e como sendo sua realidade.

Por fim, a relação ontológica estabelecida entre homem e natureza, a partir de Lukács, é uma relação de dependência ontológica, mediada pelo trabalho, na qual constantemente o ser social se afasta das esferas inorgânica e orgânica, se tornando cada vez mais social, sem, no entanto, superá-las.

Sendo o objeto do trabalho a “objetivação” da vida humana, o homem, segundo a compreensão lukacsiana, se duplica não só intelectualmente, como se dá na formação do ser social pelo desenvolvimento da consciência, mas também ativamente, quando se sente a si mesmo pertencente a um mundo feito por ele.

A tese ontológica levantada por Lukács, e dialogada nesta reflexão, na qual o homem, na medida em que é homem, é um ser social, onde, em todo ato de sua vida, tenha ele

consciência ou não do seu estar no mundo, sem exceções, realizará ao mesmo tempo, e de modo contraditório, a si mesmo e ao respectivo estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas como ser humano, ser este que está, não somente **no** mundo, mas essencialmente **com** o mundo.

REFERÊNCIAS

Andrade, Mariana. **Ontologia, Dever e Valor em Lukács**. 1. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. Maceió: Instituto Lukács, 2015

LUKÁCS, György. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, Georg. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento; supervisão editorial de Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2010.

MACENO, Talvanes Eugênio. **Educação e reprodução social: a perspectiva da crítica marxista**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

MARX, karl. **Manuscritos econômico: filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

PASCHOALOTTE, Leandro Módolo. O “salto ontológico” no último Lukács: problematizações de um conceito matriz. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 157, jun. 2014.

VAISMAN, Ester; FORTES, Ronaldo Vielmi. Apresentação. *In*: LUKÁCS, Georg. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento; supervisão editorial de Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2010.

Como referenciar este artigo

JUNIOR, J. B. S.; FONSECA, R. L.; MINASI, L. F. A constituição do ser social e a relação homem x natureza: Primeiras aproximações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 1, p. 0614-0626, mar. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.1.16314>

Submissão: 24/11/2021

Revisões requeridas: 19/02/2022

Aprovado em: 28/02/2022

Publicado em: 01/03/2022